

Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. e Controladas

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Trimestre Findo em 30 de Setembro de 2018 e
Relatório sobre a Revisão de Informações
Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. e Controladas
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária ("CPC 21 (R1)"). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.


Alcance da revisão


Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das informações financeiras intermediárias.

São Paulo, 20 de dezembro de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

2018-SPO-2938 VF.DOCX

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017			30/09/2018	31/12/2017		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	56	84	4.335	9.000	Fornecedores	13	34	240	1.968	3.956
Títulos e valores mobiliários	5	283	2.797	3.967	3.335	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	12.061	1.983
Contas a receber	6	-	-	8.648	20.664	Debêntures	14	4.287	3.128	4.287	3.128
Impostos a recuperar		9	3	121	35	Dividendos a pagar		500	5.005	500	5.005
Dividendos a receber		-	5.084	-	-	Obrigações trabalhista		-	-	34	-
Outros ativos		<u>30</u>	<u>217</u>	<u>619</u>	<u>528</u>	Obrigações tributárias		2	43	884	2.098
Total dos ativos circulantes		<u>378</u>	<u>8.185</u>	<u>17.690</u>	<u>33.562</u>	Outros passivos	16	-	-	<u>1.748</u>	<u>5.079</u>
						Total dos passivos circulantes		<u>4.823</u>	<u>8.416</u>	<u>21.482</u>	<u>21.249</u>
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	7	-	-	9.136	-	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	166.179	154.586
Partes relacionadas	8	-	13.672	-	-	Debêntures	14	42.373	40.989	42.373	40.989
Ações preferenciais resgatáveis	9	48.000	48.000	-	-	Partes relacionadas	8	4.085	20.706	-	20.706
Investimentos	10	91.270	96.752	-	-	Outros passivos	16	-	-	<u>2.697</u>	<u>921</u>
Imobilizado	11	-	-	294.140	301.255	Total dos passivos não circulantes		<u>46.458</u>	<u>61.695</u>	<u>211.249</u>	<u>217.202</u>
Intangível	12	-	-	<u>132</u>	<u>132</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total dos ativos não circulantes		<u>139.270</u>	<u>158.424</u>	<u>303.408</u>	<u>301.387</u>	Capital social	18	80.431	80.431	80.431	80.431
						Reservas de lucros	18	16.067	16.067	16.067	16.067
						Prejuízos acumulados		<u>(8.131)</u>	<u>-</u>	<u>(8.131)</u>	<u>-</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>88.367</u>	<u>96.498</u>	<u>88.367</u>	<u>96.498</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>139.648</u>	<u>166.609</u>	<u>321.098</u>	<u>334.949</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>139.648</u>	<u>166.609</u>	<u>321.098</u>	<u>334.949</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		Nove meses		Três meses		Nove meses		Três meses	
		30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
RECEITA LÍQUIDA	19	-	-	-	-	27.339	4.775	11.381	4.775
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	20	-	-	-	-	(15.242)	(188)	(5.043)	(68)
LUCRO BRUTO		-	-	-	-	12.097	4.587	6.338	4.707
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS									
Despesas gerais e administrativas	20	(138)	(696)	(83)	(484)	(529)	(697)	(244)	(484)
Equivalência patrimonial	7	(3.770)	4.572	2.097	4.542	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(3.908)	3.876	2.014	4.058	11.568	3.890	6.094	4.223
RESULTADO FINANCEIRO									
Receitas financeiras	21	35	9	7	9	715	172	238	10
Despesas financeiras	21	(4.258)	-	(1.420)	-	(19.361)	(35)	(5.314)	(24)
		(4.223)	9	(1.413)	9	(18.646)	137	(5.076)	(14)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.131)	3.885	601	4.067	(7.078)	4.027	1.018	4.209
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	22	-	-	-	-	(1.053)	(142)	(417)	(142)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(8.131)	3.885	601	4.067	(8.131)	3.885	601	4.067
NÚMERO DE AÇÕES INTEGRALIZADAS (Em milhares)		80.704	80.704	80.704	80.704				
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR AÇÃO (Em reais - R\$)		(0,10075)	0,04814	0,00745	0,05039				

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora				Consolidado			
	Nove meses		Três meses		Nove meses		Três meses	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(8.131)	3.885	601	4.067	(8.131)	3.885	601	4.067
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(8.131)</u>	<u>3.885</u>	<u>601</u>	<u>4.067</u>	<u>(8.131)</u>	<u>3.885</u>	<u>601</u>	<u>4.067</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO DE 30 DE SETEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total consolidado
		Reserva legal	Lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	62.032	-	-	(65)	61.967
Capitalização	18.399	-	-	-	18.399
Lucro líquido do período	-	-	-	3.885	3.885
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017	<u>80.431</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.820</u>	<u>84.251</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	80.431	1.054	15.013	-	96.498
Prejuízo do período	-	-	-	(8.131)	(8.131)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018	<u>80.431</u>	<u>1.054</u>	<u>15.013</u>	<u>(8.131)</u>	<u>88.367</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO DE 30 DE SETEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) do período		(8.131)	3.885	(8.131)	3.885
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações	11	-	-	9.832	32
Obrigação contratual de contrato de energia de reserva	16	-	-	(1.555)	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14 e 15	4.254	-	15.571	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	3.770	(4.572)	-	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas	21	(30)	-	(407)	-
Variação de ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber	6	-	-	12.016	(4.991)
Impostos a recuperar		(6)	-	(86)	(22)
Outros ativos		187	(1)	(91)	323
Dividendos a receber		5.084	-	-	-
Fornecedores	13	(206)	148	(1.988)	90.761
Obrigações trabalhista		-	-	34	-
Obrigações tributárias		(41)	12	(1.214)	494
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	14 e 15	(1.711)	-	(9.007)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>3.170</u>	<u>(528)</u>	<u>14.974</u>	<u>90.482</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Integralização de capital		-	(18.147)	-	-
Aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	5 e 7	2.544	-	(9.361)	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11	-	-	(2.717)	(214.408)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(35.290)	-	-
Partes relacionadas	8	13.672	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>16.216</u>	<u>(53.437)</u>	<u>(12.078)</u>	<u>(214.408)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização de capital	18	-	18.399	-	18.399
Dividendos a pagar		(4.505)	-	(4.505)	-
Antecipação de dividendos		1.712	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	35.578	-	35.578
Captação de empréstimos	14 e 15	-	-	20.450	70.000
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	14 e 15	-	-	(2.800)	-
Partes relacionadas	8	(16.621)	-	(20.706)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(19.414)</u>	<u>53.977</u>	<u>(7.561)</u>	<u>123.977</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(28)</u>	<u>12</u>	<u>(4.665)</u>	<u>51</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo inicial	4	84	-	9.000	4
Saldo final	4	56	12	4.335	55
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(28)</u>	<u>12</u>	<u>(4.665)</u>	<u>51</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, denominada Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., sociedade por ações de capital fechado, está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP 01452-910, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. foi constituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de outubro de 2015.

Em 30 de setembro de 2018, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos seus ativos circulantes no montante de R\$4.834 na controladora e R\$3.792 no consolidado. A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere às obrigações contraídas com o BNDES e debêntures para o financiamento da construção das unidades geradoras enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e de suas controladas.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1. Sociedades controladas

A Companhia possui participações em sociedades controladas. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 30 de setembro de 2018 e de 31 de dezembro 2017 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	30/09/2018	31/12/2017
Eólica Serra das Vacas V S.A.	25.000	11.600	100%	100%
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	26.000	11.000	100%	100%
	<u>52.000</u>	<u>22.600</u>		

As empresas controladas, Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A., têm sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, e os parques eólicos instalados no município de Paranatama, Estado de Pernambuco. As controladas operaram em fase de testes entre setembro e novembro de 2017. Em 1º de dezembro de 2017, as controladas iniciaram suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

As controladas, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 126, de 16 de abril de 2015, e nº 127, de 16 de abril de 2015, foram autorizadas a estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

As controladas, participaram do 6º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e realizado em 31 de outubro 2014, conforme o Edital de Leilão nº 08/2014-ANEEL. Em 21 de julho de 2015, as controladas assinaram contratos de energia de reserva - CER, na modalidade disponibilidade de energia elétrica. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de outubro de 2017.

As controladas ofertaram, a partir de 1º de outubro de 2017, o total de seus volumes de geração de energia elétrica aos contratos na modalidade de disponibilidade de energia elétrica.

2.4. Riscos das operações

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes relativas às informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das informações financeiras intermediárias em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível; e (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as informações financeiras intermediárias de controladas são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações financeiras intermediárias consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do período e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado, e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

3.3. Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas

Os títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas recebem a classificação de "empréstimos e recebíveis" e estão demonstrados ao custo amortizado, sendo os efeitos das taxas de juros efetivas registrados no resultado e apresentados na rubrica "Receitas financeiras".

3.4. Instrumentos financeiros - ativos

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (iii) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) aplicações financeiras vinculadas; (iv) partes relacionadas; (v) contas a receber; e (vi) ações preferencias resgatáveis.

3.5. Instrumentos financeiros – passivos

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) debêntures; e (iv) partes relacionadas.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos de Energia de Reserva são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no âmbito do mercado regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.7. Estimativa para provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas Controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.10. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.12. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Reconhecimento de receita

Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.15. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica fonte renovável eólica.

3.16. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Pronunciamento	Data da adoção a partir de
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (a)	01/01/2018
IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (a)	01/01/2018
IFRS 16 CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil (b)	01/01/2019

(a) As alterações dessas normas existentes são obrigatórias para exercício atual. A Companhia avaliou as alterações, e não identificou impactos relevantes.

(b) Não houve adoção antecipada das normas, e a Companhia está avaliando as alterações.

As demais alterações mandatórias para informações financeiras intermediárias, com início em 1º de janeiro de 2018, não foram listadas acima devido à sua não-aplicação ou à sua imaterialidade para a Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa	-	-	1	1
Bancos conta corrente (*)	56	84	4.334	8.999
	56	84	4.335	9.000

(*) Refere-se a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e período findo em 30 de setembro de 2018, realizadas com o Banco Itaú, com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras (*)	283	2.797	3.967	3.335

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, os rendimentos médios foram de 97,72% (97,91% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2017).

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecimento de energia elétrica (a)	19	12.034
Fornecimento contratual de energia CEAR (b)	2.876	2.877
Receita não faturada de energia contratual CER retida pelo CONER (c)	5.753	5.753
	<u>8.648</u>	<u>20.664</u>

- (a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica liquidadas no Ambiente de Contratação Livre - ACL e de fornecimento de energia elétrica liquidada no Mercado de Curto Prazo - MCP.
- (b) Saldo referente a contratos de Energia de Reserva.
- (c) Saldo retido pelo CONER, contratos de Energia de Reserva, devido ao atraso da entrada em operação comercial, com realização prevista para o terno do primeiro ano do quadriênio. Conforme cláusula 7.8 do contrato CONER, quando ocorre atraso na entrada em operação, a receita contratual é faturada e será utilizada para cobrir os déficits de geração.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CAIXA RESTRITO)

	Consolidado	
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo Bradesco H Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo	<u>9.136</u>	<u>-</u>

Referem-se a aplicações no Bradesco H FI RF Referenciado DI longo prazo cuja carteira é composta de aproximadamente 68% de suas operações atreladas a títulos públicos federais e 32% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, os rendimentos médios foram de 89,33% (94,05%% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2017).

Saldo correspondente ao valor necessário para perfazer, no mínimo, o montante equivalente a três vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do empréstimo com o BNDES mencionado na nota explicativa nº 15 e o montante equivalente à média das próximas quatro parcelas a prestação do serviço da dívida das Debêntures mencionado na nota explicativa nº 14.

8. PARTES RELACIONADAS

Contratos de mútuo:

Apresentamos a seguir os respectivos saldos de mútuos ativos e passivos:

	Controladora	
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo:		
Eólica Serra das Vacas V S.A. (a)	-	9.282
Eólica Serra das Vacas VII S.A. (a)	-	4.390
	<u>-</u>	<u>13.672</u>

	Controladora	
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo:		
PEC Energia S.A (b)	-	20.706
Eólica Serra das Vacas V S.A. (c)	2.043	-
Eólica Serra das Vacas VII S.A. (c)	2.042	-
	<u>4.085</u>	<u>-</u>

- (a) Referem-se a mútuo entre a Companhia e suas controladas com o objetivo de obter capital de giro para financiar a construção dos empreendimentos temporariamente.
- (b) Referem-se a mútuo entre a Companhia e sua controladora com o objetivo de obter capital de giro para financiar a construção dos empreendimentos das controladas indiretas temporariamente.
- (c) Referem-se a mútuo entre suas controladas e a Companhia.

9. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS EM CONTROLADAS

	Controladora	
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	<u>48.000</u>	<u>48.000</u>

a) Ações preferenciais resgatáveis em controladas

Em 30 de novembro de 2017, o Conselho de Administração das empresas controladas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A. aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$48.000.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2030 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 15.763.124. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	<u>Valor de emissão por ação</u>	<u>Valor capitalizado por ação</u>	<u>Valor de reserva de capital por ação</u>
Eólica Serra das Vacas V S.A.	2,9224	0,0269	2,8955
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	3,1784	0,0336	3,1448

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$475, e parte como reserva de capital no montante de R\$47.525. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total de emissão deduzido dos resgates realizados até 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$48.000, foi registrado como passivo circulante nas empresas controladas, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Ações preferenciais resgatadas		Legislação societária	
	Quantidade	Valor de emissão	Capitalizadas	Reserva de capital
Eólica Serra das Vacas V S.A.	8.212.303	24.000	(221)	23.779
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	7.550.821	24.000	(254)	23.746
	<u>15.763.124</u>	<u>48.000</u>	<u>(475)</u>	<u>47.525</u>

10. INVESTIMENTOS

A composição do saldo de investimentos em 30 de setembro de 2018 é como segue:

	Controladora	
	30/09/2018	31/12/2017
Avaliação patrimonial	91.270	96.752

a) Movimentação do saldo de avaliação patrimonial

	31/12/2017				
	Saldo em 31/12/2016	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2017
Eólica Serra das Vacas V S.A.	30.923	6.351	8.479	(1.974)	43.779
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	31.043	11.797	13.243	(3.110)	52.973
	<u>61.966</u>	<u>18.148</u>	<u>21.722</u>	<u>(5.084)</u>	<u>96.752</u>

	30/09/2018				
	Saldo em 31/12/2017	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Antecipação de dividendos	Saldo em 30/09/2018
Eólica Serra das Vacas V S.A.	43.779	-	(2.206)	(856)	40.717
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	52.973	-	(1.564)	(856)	50.553
	<u>96.752</u>	<u>-</u>	<u>(3.770)</u>	<u>(1.712)</u>	<u>91.270</u>

b) As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

Controlada	31/12/2017			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Eólica Serra das Vacas V S.A.	167.290	(123.511)	(43.779)	8.479
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	164.557	(111.584)	(52.973)	13.243
	<u>331.847</u>	<u>(235.095)</u>	<u>(96.752)</u>	<u>21.722</u>

Controlada	30/09/2018			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do período
Eólica Serra das Vacas V S.A.	159.719	(119.002)	(40.717)	(2.206)
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	161.002	(110.449)	(50.553)	(1.564)
	<u>320.721</u>	<u>(229.451)</u>	<u>(91.270)</u>	<u>(3.770)</u>

11. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	Consolidado							
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	A ratear	Desenvolvimento de projeto	Adiantamento A fornecedores	Material em depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	593	-	-	5.721	2.576	53.355	-	62.245
Aquisições	75	30.666	235.569	24.311	(2)	(52.380)	1.661	239.900
Transferências	(668)	(30.666)	(235.569)	(30.032)	(2.574)	(975)	-	(300.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-	1.661	1.661
Aquisições	-	2.717	-	-	-	-	-	2.717
Transferências	-	(2.717)	-	-	-	-	-	(2.717)
Saldo em 30 de setembro de 2018	-	-	-	-	-	-	1.661	1.661

b) Imobilizado em serviço

	Consolidado				
	Terreno	Edificações, obras e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	243	-	243
Transferências	668	27.548	272.261	7	300.484
Depreciações	-	(81)	(1.052)	-	(1.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	668	27.467	271.452	7	299.594
Aquisições	-	2.717	-	-	2.717
Depreciações	-	(732)	(9.099)	(1)	(9.832)
Saldo em 30 de setembro de 2018	668	29.452	262.353	6	292.479
Segregado em:					-
Custo	668	30.265	272.546	7	303.486
Depreciação acumulada	-	(813)	(10.193)	(1)	(11.007)
	668	29.452	262.353	6	292.479
Vida útil média ponderada - em anos	-	28	22	15	
Taxa média ponderada de depreciação - em %	-	4	4	7	
Total geral líquido					294.140

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis.

12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Servidões	<u>132</u>	<u>132</u>

13. FORNECEDORES

As contas a pagar de fornecedores incluem obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção e custos de manutenção após a entrada dos parques em operação.

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores de materiais e serviços	<u>34</u>	<u>240</u>	<u>1.968</u>	<u>3.956</u>

14. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. aprovou, em 27 de outubro de 2017, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única. Para esta série foram emitidas 48.000 (quarenta e oito mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o valor total da emissão de R\$48.000 (quarenta e oito milhões de reais).

As debêntures serão amortizadas em 28 (vinte e oito) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2018 e juros de 7,31 % ao ano + Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O montante foi liberado à Companhia em dezembro de 2017.

Os recursos líquidos captados em 11 de dezembro de 2017 foram destinados a investimentos nas controladas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos) e geração de caixa. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. No contrato de financiamento também existem cláusulas de repactuação.

	Controlada		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Principal e juros incorridos	50.745	48.227	50.745	48.227
(-) Custo de transação a amortizar	(4.085)	(4.110)	(4.085)	(4.110)
	<u>46.660</u>	<u>44.117</u>	<u>46.660</u>	<u>44.117</u>
Segregado entre:				
Circulante	4.287	3.128	4.287	3.128
Não circulante	42.373	40.989	42.373	40.989
	<u>46.660</u>	<u>44.117</u>	<u>46.660</u>	<u>44.117</u>

A movimentação do exercício/período é conforme segue:

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Liberações debêntures	48.000
Adição de custos a amortizar	(4.110)
Juros incorridos	227
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>44.117</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	44.117
Juros incorridos	4.254
Juros amortizados	(1.711)
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>46.660</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	R\$
2019	230
2020	548
2021	823
2022	1.746
2023	2.215
2024 - 2028	20.537
2029 - 2031	16.274
	<u>42.373</u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia captaram um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas com data final de amortização em 15 de março de 2034.

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de abril de 2018 a 15 de março de 2034. O principal é atualizado por Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP + 2,46% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas como garantias do referido contrato ações da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.; ações das empresas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

Foram dadas como garantias do referido contrato, ações da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., ações das empresas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas. Não há preferência em relação a ordem de execução quanto a um possível vencimento antecipado da dívida (debêntures e empréstimos e financiamentos).

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial, apresentação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos) e geração de caixa. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. No contrato de financiamento também existem cláusulas de repactuação.

	Consolidado	
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
BNDES	<u>178.240</u>	<u>156.569</u>
Segregado entre:		
Circulante	12.061	1.983
Não circulante	<u>166.179</u>	<u>154.586</u>
	<u>178.240</u>	<u>156.569</u>

A movimentação do período é conforme segue:

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2017	156.569
Liberação do financiamento	20.450
Juros incorridos	11.317
Amortização de juros	(7.296)
Amortização de principal	<u>(2.800)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>178.240</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	R\$
2019	2.865
2020	11.461
2021	11.461
2.022	11.461
2.023	11.461
2024 – 2028	57.303
2029 – 2034	60.168
	166.179

A Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos em nome da controladora, somente o contrato de debêntures.

16. OUTROS PASSIVOS

O atraso da entrada em operação comercial das controladas da Companhia, gerou um déficit de cumprimento da obrigação contratual com o CER – contratos de Energia de Reserva.

Controlada	31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total da obrigação
Eólica Serra das Vacas V S.A.	2.859	472	3.331
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	2.220	449	2.669
	5.079	921	6.000

Controlada	30/09/2018		
	Circulante	Não circulante	Total da obrigação
Eólica Serra das Vacas V S.A.	1.748	1.878	3.626
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	-	819	819
	1.748	2.697	4.445

17. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos seus assessores legais, avalia a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos judiciais. Em 30 de setembro de 2018, a Administração da Companhia não identificou a existência de processos ou situações que requeressem o registro de provisão para riscos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social

Em 30 de setembro de 2018, o capital social integralizado é no montante de R\$80.431 (R\$80.431 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 80.431.200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	Controladora		
	Capital - subscrito	Quantidade de ações	%
Acionistas:			
Eólica Serra das Vacas Participações S.A.	<u>80.431</u>	<u>80.431.200</u>	100%

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2018, a acionista PEC Energia S.A. transfere 100% de sua participação acionária da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. para a Serra das Vacas Participações S.A.

18.2. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

18.3. Reserva de lucros

Constituída com base na legislação societária.

18.4. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

19. RECEITA LÍQUIDA

Abaixo a apresentação das receitas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente, desagregadas de acordo com o tipo de contrato.

	Consolidado			
	Nove meses		Três meses	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Venda mercado livre	734	4.991	734	4.991
Contrato de Energia Reserva - CER	25.889	-	8.630	-
Outras receitas	267	-	219	-
Receita bruta	<u>26.890</u>	<u>4.991</u>	<u>9.583</u>	<u>4.991</u>
Superávit de fornecimento - CER	1.554	-	2.172	-
PIS	(176)	(34)	(61)	(34)
COFINS	(810)	(157)	(281)	(157)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(119)	(25)	(32)	(25)
(-) Deduções	449	(216)	1.798	(216)
	<u>27.339</u>	<u>4.775</u>	<u>11.381</u>	<u>4.775</u>

20. CUSTO E DESPESAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora			
	Nove meses		Três meses	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Serviços de terceiros	(56)	(682)	(22)	(483)
Outros	(82)	(14)	(61)	(1)
	<u>(138)</u>	<u>(696)</u>	<u>(83)</u>	<u>(484)</u>
	Consolidado			
	Nove meses		Três meses	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Suprimento de energia	(467)	-	(467)	-
Depreciação	(9.832)	(32)	(3.277)	(10)
Despesa com pessoal	(357)	-	(143)	-
Serviços de terceiros	(2.898)	(823)	(663)	(531)
Encargos de transmissão e conexão	(1.374)	(5)	(451)	(5)
Arrendamentos e aluguéis	(334)	-	(103)	-
Material	(261)	(5)	(96)	(1)
Outros	(248)	(20)	(87)	(5)
	<u>(15.771)</u>	<u>(885)</u>	<u>(5.287)</u>	<u>(552)</u>
Classificadas como:				
Custo da geração de energia elétrica	(15.242)	(188)	(5.043)	(68)
Despesas gerais e administrativas	(529)	(697)	(244)	(484)
	<u>(15.771)</u>	<u>(885)</u>	<u>(5.287)</u>	<u>(552)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora			
	Nove meses		Três meses	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Rendimentos sobre aplicações financeiras	5	9	1	9
Rendimentos sobre aplicações em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas	30	-	6	-
Receitas financeiras	<u>35</u>	<u>9</u>	<u>7</u>	<u>9</u>
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.231)	-	(1.401)	-
Despesas bancárias	(27)	-	(19)	-
Despesas financeiras	<u>(4.258)</u>	<u>-</u>	<u>(1.420)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.223)</u>	<u>9</u>	<u>(1.413)</u>	<u>9</u>

	Consolidado			
	Nove meses		Três meses	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Rendimentos sobre aplicações financeiras	308	71	150	10
Rendimentos sobre aplicações em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas	407	100	88	-
Receitas financeiras	<u>715</u>	<u>171</u>	<u>238</u>	<u>10</u>
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(15.546)	-	(5.273)	-
Comissão fiança	(3.281)	-	(5)	-
Multas	(22)	(23)	-	(24)
Despesas bancárias	(512)	(11)	(36)	-
Despesas financeiras	<u>(19.361)</u>	<u>(34)</u>	<u>(5.314)</u>	<u>(24)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(18.646)</u>	<u>137</u>	<u>(5.076)</u>	<u>(14)</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do período nas informações financeiras intermediárias consolidadas, está apresentada a seguir:

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado							
	Nove meses				Três meses			
	30/09/2018		30/09/2017		30/09/2018		30/09/2017	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Receita de venda de energia	26.623	26.623	4.991	4.991	9.364	9.364	4.991	4.991
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	2.130	3.195	399	599	749	1.124	399	599
Receitas financeiras	715	715	171	171	238	238	10	10
Outras receitas	267	267	-	-	219	219	-	-
Base de cálculo	<u>3.112</u>	<u>4.177</u>	<u>570</u>	<u>770</u>	<u>1.206</u>	<u>1.581</u>	<u>409</u>	<u>609</u>
Alíquota	15%	9%	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Subtotal	467	376	56	69	181	142	61	55
Adicional de IRPJ	210	-	17	-	94	-	26	-
Imposto devido	<u>677</u>	<u>376</u>	<u>73</u>	<u>69</u>	<u>275</u>	<u>142</u>	<u>87</u>	<u>55</u>
Despesas com IRPJ e CSLL		<u>1.053</u>		<u>142</u>		<u>417</u>		<u>142</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	Hierarquia de valor justo	Classificação	30/09/2018	31/12/2017
Ativos:				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	56	84
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	283	2.797
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	48.000	48.000
Partes relacionadas	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	-	13.672
Passivos:				
Fornecedores	Nível 2	Outros passivos financeiros	34	215
Debêntures	Nível 2	Outros passivos financeiros	46.660	44.117
Partes relacionadas	Nível 2	Outros passivos financeiros	4.085	20.706
	Consolidado			
	Hierarquia de valor justo	Classificação	30/09/2018	31/12/2017
Ativos:				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	4.335	9.000
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	3.967	3.335
Contas a receber	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	8.648	20.664
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	9.136	-
Passivos:				
Fornecedores	Nível 2	Outros passivos financeiros	1.968	3.931
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Outros passivos financeiros	178.240	156.569
Debêntures	Nível 2	Outros passivos financeiros	46.660	44.117
Partes relacionadas	Nível 2	Outros passivos financeiros	-	20.706

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Em 30 de setembro de 2018, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos seus ativos circulantes no montante de R\$4.734 na controladora e R\$3.792 no consolidado. A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas com o BNDES e debêntures para o financiamento da construção das unidades geradoras enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e de suas controladas.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das informações financeiras intermediárias, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA - acumulado últimos 12 meses: 4,53%.
- TJLP: 6,56%.
- CDI - acumulado últimos 12 meses: 6,66%.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cenários estimados para os próximos 12 meses:

Controladora	30/09/2018	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Títulos e valores mobiliários	283	CDI	19	14	9
Debêntures	(46.660)	IPCA +7,31%	(5.525)	(6.906)	(8.287)
	<u>(46.377)</u>		<u>(5.506)</u>	<u>(6.892)</u>	<u>(8.277)</u>
Consolidado	30/09/2018	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Títulos e valores mobiliários	3.967	CDI	264	198	132
Aplicações financeiras vinculadas	9.136	CDI	608	456	304
Debêntures	(46.660)	IPCA +7,31%	(5.525)	(6.906)	(8.287)
Empréstimos e financiamentos	(178.240)	TJLP +2,46%	(16.077)	(20.097)	(24.116)
	<u>(211.797)</u>		<u>(20.729)</u>	<u>(26.348)</u>	<u>(31.966)</u>

h) Risco de capitalização

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	224.900	201.514
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	17.438	12.335
Dívida líquida	<u>242.338</u>	<u>213.849</u>
Patrimônio líquido	88.367	96.498
Índice de alavancagem financeira - %	<u>307%</u>	<u>221%</u>

24. COMPROMISSOS

- As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$1.144 (valor original) ao ano, com vencimento em 2030, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.
- As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento dos contratos de arrendamentos no montante de aproximadamente R\$550 (valor original) ao ano, com vencimento em 20 anos, os quais possuem reajuste anual pelo IPCA.

25. SEGUROS (*)

Objeto	Controladora e Consolidado				Segurado
	Importância segurada - R\$	Vigência			
		Início	Fim		
Responsabilidade civil geral	5.000	10/10/2017	01/10/2018		Controladora e controladas
Riscos operacionais - parque eólico das investidas	279.328	01/10/2017	01/10/2018		Controladas

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 30 setembro de 2017, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Provisão de encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos / Imobilizado	-	2.048	-	2.048

27. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DO PERÍODO

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 20 de dezembro de 2018.